

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO – 2010

1. A EMPRESA

A Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, Sociedade de Economia Mista, CNPJ nº 42.266.890/0001-28, teve autorizada sua constituição pelo Decreto-Lei nº 256, de 28.02.1967 e tem como objetivo principal o desenvolvimento de projetos e programas focados no constante aprimoramento das infraestruturas de acesso aquaviário, de acostagem, e, inclusive, terrestre, promovendo a competitividade dos portos por ela administrados e, por conseguinte, dos custos logísticos inerentes aos bens movimentados por intermédio de suas instalações.

Para complementação dos serviços estabelecidos pela legislação em vigor, podem também ser desenvolvidas atividades afins, conexas e acessórias, industriais, comerciais e de prestação de serviços. É regida pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76 e suas alterações), no que lhe for aplicável, pelo seu Estatuto Social e pela Lei nº 8.630/93, segundo a qual a empresa passou a exercer a função de Autoridade Portuária dos Portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis.

2. LINHAS DE ATUAÇÃO ESTRATÉGICA

Em estrita consonância com as diretrizes do Governo Federal, consubstanciada nas metas estratégicas estabelecidas pela Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR, a CDRJ vem desenvolvendo diversas ações de cunho administrativo, financeiro e organizacional, com vistas a expandir os resultados operacionais da Companhia. Por conseguinte, foram adotadas medidas no intuito de promover a racionalização de atividades e o melhor aproveitamento da força de trabalho da Empresa. As seguintes linhas de atuação estratégica foram adotadas:

- Recuperação da Infraestrutura Operacional e de Apoio;
- Manutenção da Segurança nos Portos;
- Valorização e Promoção da Gestão de Pessoas;
- Desenvolvimento das Relações Comerciais e Novos Negócios;
- Recuperação Econômico-Financeira;
- Adequação da Infraestrutura Portuária;
- Desenvolvimento da Política Ambiental, de Saúde e da Segurança do Trabalho;
- Implantação do Planejamento Estratégico e Sistemas de Avaliação por Desempenho;
- Integração com as Esferas Governamentais.

3. PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

3.1. Recuperação da Infraestrutura Operacional e de Apoio

Foram tomadas medidas para viabilizar a melhoria da infraestrutura computacional com aquisição de microcomputadores e a implantação de rede de impressão corporativa. Também foram revisados os sites da CDRJ e a Intranet. Foi realizada a execução parcial do Plano de Recuperação da Infraestrutura Predial, com a substituição de mobiliários e aparelhos de ar condicionado, modernização dos elevadores do Edifício Sede da Companhia, manutenção dos elevadores do Prédio da Superintendência do Porto do Rio de Janeiro, serviços de pintura e troca de piso das instalações do Edifício Sede da Companhia, além da continuidade dos serviços de manutenção das instalações prediais dos diversos prédios da CDRJ.

3.2. Manutenção da Segurança nos Portos

Como medida de segurança nos portos, principalmente no aspecto ambiental, a Companhia manteve o funcionamento do Centro de Atendimento a Emergências - CAE, no Porto do Rio de Janeiro, com a finalidade precípua de pronto atendimento às emergências ambientais, tal como conter derramamentos de óleo e derivados, bem como retirá-los das águas da Baía de Guanabara. Realizou-se a Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho Portuário (SIPATP/2010), no Porto de Angra dos Reis, que discutiu aspectos relativos à saúde e segurança no trabalho portuário por meio de palestras e atividades lúdicas, com o objetivo de conscientizar os trabalhadores portuários sobre os riscos de acidentes e doenças ocupacionais. Foram adotadas também medidas para aprimorar e manter o status de segurança nos portos administrados pela CDRJ.

3.3. Valorização e Promoção da Gestão de Pessoas

Os processos gerenciais foram objeto de estudo e crítica de modo a sofrerem a reforma indispensável à consecução dos melhores resultados, esse novo estilo de gestão visou promover a conscientização do empregado como agente participativo e a real importância de sua contribuição e responsabilidade sobre as mudanças. Foi realizado Concurso Público para o preenchimento de vagas dos empregos de Especialista Portuário e cadastro de reserva para os empregos de Técnico de Serviços Portuário, de formação específica, e Guarda Portuário. Procedeu-se à admissão de 69 (sessenta e nove) Especialistas Portuários e 02 (dois) Técnicos de Serviços Portuários. Os 71 (setenta e um) novos empregados passaram um mês participando do curso de Ambientação, implementado pela primeira vez, visando à ambientação dos empregados admitidos à cultura organizacional da CDRJ. Foi realizado o enquadramento no Plano de Carreira, Empregos e Salários - PCEs, com efeitos retroativos a junho/2009, para os ocupantes dos empregos de Especialista Portuário e Técnico de Serviços Portuários. Concessão de 1% de produtividade aos empregados, haja vista o aumento da receita operacional. Implementação dos novos benefícios sociais, pactuados no Acordo Coletivo de Trabalho 2009 – 2011. Implantação do sistema AVALIA, visando uma melhor apuração dos fatores de desempenho individual, para alicerçar as progressões e promoções dos empregados e, também, a capacitação daqueles cujos índices não alcançarem os níveis estabelecidos.

3.4. Desenvolvimento das Relações Comerciais e Novos Negócios

Dentre as ações realizadas com o objetivo de atrair novos clientes e parceiros comerciais para os Portos da CDRJ, podemos destacar as negociações para o arrendamento dos Terminais de Minérios e de Granéis Sólidos do Porto de Itaguaí, do Terminal de Produtos Siderúrgicos da Gamboa, do Terminal Papelero e de Carga Geral além do Terminal de Granéis Líquidos do Porto do Rio de Janeiro, com base no desenvolvimento de estudos de um novo PDZ para o Porto do Rio. Destaca-se também a repactuação contratual para modernização das instalações do Porto de Angra dos Reis. Ressaltamos o início do levantamento do Perfil Operacional do Cais Público do Porto do Rio de Janeiro, com o objetivo de obter um panorama operacional de forma a balizar as ações futuras de arrendamento e exploração. Iniciou-se um projeto de reestruturação do modelo tarifário da CDRJ, visando analisar, elaborar e consolidar um modelo tarifário mais adequado à realidade da Autoridade Portuária. Realizou-se um inventário visando atualizar a posição patrimonial dos ativos imobiliários da CDRJ. Tem-se avançado nos estudos para a modernização e revitalização do Terminal de Passageiros do Porto do Rio. Foram encaminhadas para aprovação na ANTAQ as negociações feitas para adequar os terminais de contêineres e o terminal "Roll-On/Roll-Off" do Porto do Rio de Janeiro às novas demandas do transporte marítimo de cargas, aliada à eliminação de pendências contratuais, visando o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Em relação ao Porto de Itaguaí, foram encaminhadas para aprovação da ANTAQ as negociações feitas para o desenvolvimento dos terminais de carvão e de contêineres, adequando-o às novas demandas do transporte marítimo de cargas, inclusive mediante a realização de diversos investimentos em equipamentos e infraestrutura por parte dos arrendatários. No Porto de Angra dos Reis, foi feita a transferência do arrendamento e proposta de desenvolvimento do terminal adequando-o às atividades de apoio ao "Offshore", além da eliminação de pendências contratuais.

3.5. Recuperação Econômico-financeira

A consolidação do processo de parcelamento, em fase conclusiva, junto à Secretaria da Receita Federal, possibilitou o alongamento das dívidas fiscal e previdenciária compatíveis com a capacidade financeira da Companhia. As obrigações contratuais assumidas pela Empresa junto ao Instituto de Seguridade Social - PORTUS mediante repasses de recursos oriundos do Governo Federal foram efetivados regularmente, o que contribuiu em grande parte para o saneamento do passivo no exercício. Continua em processo de discussão judicial o equacionamento das penhoras relativas às operações de leasing herdadas da extinta PORTOBRÁS. A parceria entre CDRJ e o Município do Rio de Janeiro é uma realidade que se concretizou em 2010, através do Termo de Ajuste de Contas e Quitação proporcionando a redução de débito na dívida ativa municipal da ordem de R\$ 25 milhões.

3.6. Adequação da Infraestrutura Portuária

Dando continuidade à adequação da infraestrutura portuária, a CDRJ realizou, no Porto do Rio de Janeiro, serviços de demolição do Armazém 22 do Porto do Rio de Janeiro; obras na Marquise do Prédio da Avenida Rodrigues Alves Nº 20; recuperação do forro de PVC das portarias do Porto do Rio de Janeiro; fornecimento e instalação de proteção e segurança para o Armazém 15; reforma e adaptação da área de recepção da portaria do edifício sede do Porto do Rio; reposicionamento das bóias de sinalização náutica denominadas "Ponta da Areia" e "RJ-75" do sistema de balizamento náutico; fornecimento e instalação de defensas para o Porto do Rio de Janeiro.

No Porto de Itaguaí foi realizada a recuperação da pavimentação das vias internas do Porto de Itaguaí; recuperação de cercas de segurança para as áreas internas do Porto de Itaguaí; pavimentação da pista 500 do Porto de Itaguaí; sondagens subaquáticas por jet-probe na área de influência do corpo rochoso existente no canal de acesso ao Porto de Itaguaí; caracterização morfo-acústica do corpo rochoso existente no canal de acesso ao Porto de Itaguaí; ampliação da rede de drenagem superficial na área do complexo administrativo do Porto de Itaguaí. No Porto de Angra dos Reis, foi realizada a sinalização vertical e semaforica do Porto de Angra dos Reis. Foi elaborado o Projeto Básico de Reforço Estrutural do Cais da Gamboa e do Cais de São Cristóvão para aumento de calado no Porto do Rio de Janeiro e o Projeto Básico para a Construção do Pier de Atracação destinado a Navios de Passageiros no Porto do Rio de Janeiro. Foi dado início ainda ao procedimento licitatório para a contratação dos seguintes serviços: Construção do Pier de Atracação destinado a Navios de Passageiros no Porto do Rio de Janeiro; Consultoria e Estudos Ambientais para a Dragagem de Áreas de Fundeio no Acesso Aquaviário ao Porto de Itaguaí - RJ; caracterização geológico-geotécnica do corpo rochoso existente no canal de acesso ao Porto de Itaguaí; e manutenção do balizamento náutico dos Portos da CDRJ.

3.7. Desenvolvimento da Política Ambiental, de Saúde e da Segurança do Trabalho

A CDRJ deu continuidade às atividades de enquadramento no Sistema de Licenciamento Ambiental com o Instituto Estadual do Ambiente – INEA, bem como, a obtenção das licenças ambientais para ações de dragagens nos Portos da CDRJ com recursos provenientes do PAC. Continuou em funcionamento o Centro de Atendimento a Emergências (CAE) do Porto do Rio de Janeiro. Deu-se prosseguimento da regularização dos processos das licenças de operação, junto ao INEA, dos quatro portos administrados pela Companhia (Rio de Janeiro, Itaguaí, Angra dos Reis e Niterói). Mantiveram-se reuniões permanentes com os setores de meio ambiente e da segurança do trabalho dos arrendatários e operadores portuários na busca de soluções para as não conformidades identificadas nos relatórios de auditoria ambiental. Foram tomadas medidas para garantir o cumprimento da Portaria SEP nº 104, visando à implantação do Sistema de Gestão Integrada de Meio Ambiente, Saúde e Segurança - SIGA, da CDRJ. Foi firmado com o Instituto Estadual do Ambiente – INEA um termo de cooperação técnica, para regular as atividades desenvolvidas pelas duas instituições, visando o intercâmbio de informações e conhecimento e o desenvolvimento de programas, projetos e atividades com foco na adequação ambiental das atividades portuária e marítima, além da implementação de ações de gestão de qualidade ambiental. A CDRJ vem mantendo entendimentos com o órgão ambiental do Estado do Rio de Janeiro - INEA, quanto aos licenciamentos dos portos de forma semelhante ao licenciamento de distritos industriais.

3.8. Implantação do Planejamento Estratégico e de Sistemas de Avaliação por Desempenho

A CDRJ atendeu todas as solicitações da ANTAQ no que se refere ao Sistema de Desempenho Portuário (SDP), resultado de um esforço realizado por meio de uma "força-tarefa" designada pela Diretoria Executiva para tal finalidade, que garantiu, pela primeira vez, que os dados integrantes do Anuário da ANTAQ do ano de 2010, fossem extraídos diretamente do banco de dados da Agência reguladora.

Como desdobramento da implantação da "Gestão Portuária por Resultados - GPPR" iniciou-se o mapeamento dos processos organizacionais da CDRJ, subsidiado para a revisão do Plano Básico da Organização. Com isso, pretende-se reposicionar o direcionamento estratégico da Companhia, alinhado às suas atribuições como Autoridade Portuária. Instituiu-se na CDRJ a Divisão Diretiva e Normativa (DIVNOR), com a principal atribuição de estruturar um Escritório de Gerenciamento dos Processos Organizacionais, o qual será responsável por rever e redefinir os indicadores de desempenho, metas corporativas e suas formas de controle e avaliação. Deu-se início, também, à estruturação da Cadeia de Valor da Companhia e à elaboração do Mapa Estratégico, o qual servirá de base para a implantação do *Balanced Scorecard* (BSC), em atendimento à Portaria SEP/PR nº 214, publicada no DOU, de 11 de setembro de 2008.

3.9. Integração com as esferas Governamentais

Os portos administrados pela CDRJ têm passado por um forte processo de renovação a partir de um conjunto de ações desencadeado pelo Governo Federal. Entre os projetos que estão sendo desenvolvidos pela Secretaria de Portos e pela Companhia Docas do Rio de Janeiro destacam-se a dragagem do Porto do Rio (fases 1 e 2); reforço da área de cais da Gamboa até São Cristóvão; construção de nova área de atracação de navios de passageiros no Terminal Pier Mauá; Criação de novos pátios de armazenagem com demolição de antigos Armazéns. Em parceria com a Secretaria de Portos – SEP, no âmbito do Plano Nacional de Dragagem – PND, com recursos do PAC na ordem de R\$80 milhões, foi concluída a primeira fase de dragagem para aprofundamento do canal de acesso ao Porto de Itaguaí, passando de 14,5m para 17,5m de profundidade. A expectativa é que a movimentação desse Porto aumente até 50% devido ao novo calado. A dragagem do Porto de Angra dos Reis foi finalizada no mês de novembro e a profundidade do canal de acesso ao terminal portuário passou de 8,5m para 10m. A iniciativa faz parte do Programa Nacional de Dragagem (PND), da Secretaria de Portos (SEP), com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Foram dragados 68 mil metros cúbicos de sedimentos e o trabalho realizado pela empresa de dragagem Enterra Engenharia foi acompanhado pela Coppe/UFRJ. O objetivo do programa foi avaliar o grau de interferência da obra no ambiente e dar apoio às ações de monitoramento e prevenção dos impactos ambientais gerados pelas atividades. No intuito de sensibilizar o público envolvido nas atividades para as principais questões ambientais, foi implementado um Programa de Educação Ambiental destinado aos tripulantes brasileiros e estrangeiros das dragas Virginia, Hang Ju 3001, Hang Ju 1007 e Volzee, sendo esta última a que encerrou os trabalhos. Deu-se início à implantação do Projeto Porto sem Papel, da SEP, o qual informatiza os procedimentos e integra, na medida em que promove a comunicação de dados entre os agentes intervenientes no processo portuário, eliminando o trâmite de 112 documentos, em diversas vias, e 935 informações em duplicidade junto às seis autoridades anuentes (Polícia Federal, Anvisa, Delegacia da Receita Federal, Vigiagro e Autoridade Portuária), preservando todos os seus aspectos inerentes ao sigilo e a segurança das informações nele produzidas. Isso irá reduzir em média 25% o tempo de estadia dos navios nos portos. O projeto "Porto Maravilha" – da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro – vem sendo viabilizado pelos Governos Federal, Estadual, Municipal e pela CDRJ, e visa o resgate urbano, econômico e social da região portuária do Rio de Janeiro, de extrema relevância histórica, para que se transforme em um pólo de cultura, entretenimento, indústria e habitação, sendo que não se interfere na área pública do Porto.

Para viabilizar o Projeto "Porto Maravilha", foi realizada a Cessão de Direito Real de Uso do Pier Mauá (molhe Oscar Weinschenck) à Prefeitura do Rio de Janeiro por 25 anos, renováveis por mais 25, com cobrança de aluguel e realização de encontro de contas em relação às dívidas ativas da CDRJ. No primeiro encontro de contas, realizado em 2010, foram abatidas dívidas de IPTU dos imóveis da Companhia com a Prefeitura do Rio de Janeiro. Como parte integrante do apoio da CDRJ ao projeto "Porto Maravilha", foi concluído o novo Acesso Viário ao Porto do Rio, com 3 km de extensão, que vai desviar pelo menos 1.300 caminhões e carretas por dia da Av. Brasil, desafogando o trânsito numa das principais vias da cidade e facilitando o acesso à área de contêineres do Porto. O valor total do investimento foi de R\$ 25 milhões, dos quais, R\$ 8 milhões foram financiados pela CDRJ e o restante pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e pelo BNDES.

4. RESULTADOS OPERACIONAIS

O Complexo Portuário sob a gestão da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, formado pelos Portos Públicos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis, registrou, em 2010, um volume total de movimentação de cargas da ordem de 63.055.325 toneladas.

A movimentação de cargas no Porto do Rio de Janeiro, no cais, atingiu 7.486.811 t, no exercício de 2010, totalizando um acréscimo de 10,6%, em relação ao ano anterior.

A movimentação de cargas, no cais, no Porto de Itaguaí alcançou, no ano de 2010, a marca de 55.349.700 t, representando acréscimo de 11,2%, em relação ao ano anterior.

A movimentação no Porto de Angra dos Reis, em 2010, alcançou a marca de 118.332 toneladas, representando acréscimo de 59,7%, em relação ao ano anterior.

A movimentação no Porto de Niterói, em 2010, alcançou a marca de 100.482 toneladas, representando acréscimo de 28,6%, em relação ao ano anterior.

O perfil das cargas movimentadas, a exemplo dos exercícios anteriores, apresentou o Minério de Ferro, a Carga Geral Containerizada, Produtos Siderúrgicos e o Carvão, como os principais itens movimentados.

Movimentação Geral de Carga Em tonelada

PORTO	Ano		Δ%
	2009	2010	
Rio de Janeiro	6.769.028	7.486.811	10,6
Angra dos Reis	74.097	118.332	59,7
Niterói	78.147	100.482	28,6
Itaguaí	49.755.062	55.349.700	11,2
TOTAL	56.676.334	63.055.325	11,3

Perfil por Natureza da Carga

Natureza da Carga	Em tonelada		Δ%
	2009	2010	
Sólidos a granel	47.458.708	52.596.892	10,8
Líquidos a granel	245.150	328.835	34,1
Carga Geral	8.972.476	10.129.598	12,9
Total	56.676.334	63.055.325	11,3

Movimentação de Contêineres nos Portos da CDRJ

Porto	2009		2010		Δ%	
	Unidade	TEU	Unidade	TEU	Unidade	TEU
Rio de Janeiro	238.653	350.295	288.268	425.422	20,8	21,4
Itaguaí	143.867	206.667	179.531	265.609	24,8	28,5
TOTAL CDRJ	382.520	556.962	467.799	691.031	22,3	24,1

O quadro acima demonstra a movimentação de Contêineres em unidades. Ressaltamos que a carga acondicionada em contêineres representou, neste exercício, 80,7% do total movimentado na natureza de Carga Geral.

5. APLICAÇÃO DE RECURSOS

5.1. Programa de Despesas Globais

O PDG para o exercício de 2010 foi aprovado pelo Decreto nº 6.997/2009, no valor de R\$ 236,5 milhões. A 1ª reprogramação dos valores do PDG foi aprovada pelo Decreto nº 7180/2010, passando para R\$ 286,9 milhões. A 2ª e última reprogramação dos valores do PDG foi aprovada pelo Decreto nº 7417/2010, totalizando R\$ 612 milhões. Esse montante é representado pelos Despendios Correntes (despesas com pessoal, material de consumo, serviços de terceiros e encargos diversos) e Despendios de Capital (amortização da dívida externa e ações de investimentos com recursos próprios e com recursos do tesouro) num total de R\$ 524,3 milhões e R\$ 87,8 milhões, respectivamente. O detalhamento do Orçamento de Investimentos foi divulgado como Suplemento "B" da Lei 12.214/10 (LOA-10) em 23/02/2010.

Decretos	PDG	Própria	Tesouro	Total
6.997/2009	Dotação Inicial	255.846.691	18.297.799	274.144.490
7.180/2010	1ª Reprogramação	280.843.163	307.255.719	588.098.882
7.417/2010	2ª Reprogramação	293.988.562	369.755.719	663.744.281

A Receita Corrente inicialmente prevista no total de R\$ 255,8 milhões foi reprogramada pela execução média anual de 2009, atualizada com um IGP-DI de 4,5%, acrescida da expectativa de aumento no faturamento do Contrato 54/97 da empresa CSN no valor de R\$ 41,0 milhões, totalizando R\$ 280,8 milhões. Posteriormente, autorizada a segunda reprogramação, o valor passou a ser de R\$ 293,9 milhões. A Receita com recursos do tesouro para aumento do Patrimônio Líquido foi reprogramada no valor de R\$ 369,7 milhões, representando R\$ 50,5 milhões para Investimentos e R\$ 319,2 milhões para Saneamento Financeiro. Os demais recursos que complementam o PDG são: variações do capital de giro e do disponível. A Lei 12.214/2010 (LOA-10) e a Lei 12.370/2010 aprovaram R\$ 50,5 milhões a título de Receitas de Capital/Recursos do Tesouro para Aumento de Capital, e foram repassados financeiramente R\$ 3,5 milhões referente às ações de Implantação do Sistema de Defensas no Porto do Rio de Janeiro (11HG) e de Recuperação do Sistema Viário Interno do Porto de Itaguaí (12IE), representando R\$ 3,0 milhões e R\$ 0,5 milhões, respectivamente.

A Lei 12.178/2009 aprovou R\$ 287,7 milhões a título de saneamento financeiro, tendo efetivamente repassado apenas R\$ 106,7 milhões, dos quais, foram aplicados no pagamento de IPTU (R\$ 3,0 milhões) e de "Acordo com o Instituto Portus" (R\$ 103,7 milhões). Os recursos disponíveis alcançaram o montante de R\$ 464,5 milhões, tendo parcelas de R\$ 312,7 milhões em Receita Corrente, R\$ 110,2 milhões em Receita de Capital repassados do Tesouro - sendo R\$ 106,7 milhões para custeio e R\$ 3,5 milhões para investimento. O Disponível Inicial do Balanço foi de R\$ 41,7 milhões, sendo que R\$ 28,4 milhões representam saldo financeiro de exercícios anteriores. As Receitas Correntes, de Geração Própria (Receita Operacional, Não Operacional e Recuperação de Vencimentos), alcançaram um faturamento de 106% da previsão, correspondendo a R\$ 312,7 milhões. As Receitas Operacionais, Não Operacionais e Recuperação de Vencimentos atingiram, respectivamente, 94%, 200% e 197% da previsão para o exercício. O total do faturamento ficou 6% acima do previsto em decorrência principalmente do registro do encontro de contas realizado entre a CDRJ e a Prefeitura do Rio no montante de R\$ 25 milhões, quitando junto à Prefeitura despesas de impostos contra a quitação de faturamento de locação de áreas junto à CDRJ. A receita prevista fora projetada com base nos valores realizados em 2009 aplicando-se a previsão da média do IGP-DI/2010 de 4,5%, foi incluída a expectativa de aumento de desempenho no contrato de arrendamento com a CSN com previsão de ser atingida em 2010 a marca de 30 milhões de toneladas movimentadas, contrato este, taxado com base na cotação do dólar. O Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), vinculado ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, através do Ofício nº 367/2009/MP/SE/DEST, de 08 de maio de 2009, fixou os parâmetros para elaboração/reprogramação do Orçamento de 2010, definindo a média anual da taxa de câmbio R\$/US\$ em 2,29 sendo a média real de 2010 de R\$/US\$ 1,77. A média da taxa de câmbio do dólar até outubro/2010 ficou muito abaixo do fixado pelo DEST, com isso apesar da confirmação do aumento de desempenho do contrato citado anteriormente, o declive acentuado do dólar causou a disparidade entre a Receita Prevista e a Realizada no Contrato da CSN, ficando 27,4% abaixo da previsão. Situação semelhante aconteceu nos demais contratos de arrendamento no Porto de Itaguaí. A execução total dos Despendios Correntes representou 79% da dotação reprogramada de R\$ 524,2 milhões, alcançando R\$ 415,6 milhões. Na composição dos gastos, as despesas com maior relevância foram com Pessoal, Dívidas Judiciais, Cíveis e Trabalhistas e Acordo com Instituto de Seguridade Portus, que juntas representaram 82,4% do total realizado. Para as despesas com o grupo de Pessoal, a dotação inicial foi de R\$ 126,6 milhões.

Foram executados R\$ 119,3 milhões, correspondendo a 94%, do previsto estando dentro da margem de previsão para o exercício. Foi aplicado em junho o índice de correção salarial de 1%, conforme acordo coletivo de trabalho de 2009, válido por dois anos e, em abril promovido reenquadramento no Plano de Cargos Salários e Empregos. Para os grupos de Despesas com Material de Consumo e Serviços de Terceiros foram executados R\$ 389,4 mil e R\$ 25,5 milhões, respectivamente. Em Material foram executadas despesas para manutenção de estoque de almoxarifado. Em Serviços de Terceiros foram executados R\$ 15,9 milhões em Despendios Indiretos de Pessoal, R\$ 3,8 milhões em Prestação de Serviços Técnicos, R\$ 4,5 milhões em Manutenção e Conservação e R\$ 1,2 milhões nos demais Serviços

de Terceiros. Para o grupo de Encargos Diversos a dotação foi de R\$ 356,3 milhões - tendo como valores relevantes o Acordo com Instituto Portus e os diversos bloqueios judiciais, cíveis e trabalhistas - foram executados no período R\$ 270,2 milhões representando 75% da dotação inicial aprovada para este Grupo. No subgrupo de Utilidades e Serviços cujos valores executados totalizaram R\$ 7,0 milhões (88% do total aprovado para a rubrica), denota-se, a ocorrência de uma redução de despesa com relação à previsão de média mensal para o exercício. No subgrupo de Tributos e Encargos Parafiscais foram executados R\$ 34,2 milhões (140%). A extrapolação de dotação é decorrente do encontro de contas no valor de R\$ 24,3 milhões, efetivado entre a CDRJ e a Prefeitura do Rio relativo à quitação de impostos por parte da CDRJ e de locação de áreas por parte da Prefeitura do Rio, conforme mencionado no item 3.5 deste Relatório. Cabe mencionar o ajuste realizado nos valores mensais da apropriação do PIS/PASEP e COFINS do ITAPOR, revendo os cálculos de apuração. No subgrupo de Juros da Dívida Externa foram executados R\$ 0,6 milhões, correspondente a duas parcelas anuais e fixas, em abril e setembro, dos contratos com o BIB e DMLP. Para o subgrupo de Dívida Judicial Trabalhista a dotação aprovada foi de R\$ 25,0 milhões, tendo tido uma execução de R\$ 23,8 milhões. A alta execução dessa rubrica deve-se a dois bloqueios judiciais iniciados em final do ano 2009. No subgrupo de Dívida Judicial Cível a dotação aprovada foi de R\$ 99,9 milhões, tendo sido executados R\$ 86,5 milhões (87%). 86% dessa execução foram para regularização do processo nº 1998.001.185286-0-11ª VC de JP MORGAN e CIAM, responsável pelo bloqueio de 40% da receita corrente, direto na arrecadação, o qual se encontra ainda em vigor, embora o valor do mandato judicial determinando o bloqueio junto aos arrendatários até o valor da execução de R\$ 135,7 milhões, já tenha sido cumprido em 2009. Até o momento a CDRJ não conseguiu a suspensão judicial do referido mandato. No subgrupo de Demais Despendios Correntes foram executados R\$ 10,9 milhões, representando 30% da Dotação aprovada de R\$ 15,8 milhões. Nesse Grupo classificam-se as seguintes despesas: Despesas Miúdas, Seguros de Bens e de Pessoal, Despesas Legais e Judiciais e Contratos de Cessão de Crédito. No subgrupo "Acordo PORTUS", que trata do acordo firmado entre o Instituto Portus a CDRJ e a SEP com previsão de parcela a pagar, em 2010 no valor de R\$ 135,2 milhões, o valor executado foi de R\$ 80,0 milhões em setembro e 23,7 milhões em outubro, com Recursos do Tesouro repassados para saneamento financeiro. Foi autorizado no Decreto nº 7.417/2010 (2ª reprogramação) o valor de R\$ 31,5 milhões, porém não houve o repasse financeiro. No subgrupo de Aluguéis foram executados R\$ 849,6 mil (62%). Registrados no exercício, os contratos de característica "continuado", oriundos do exercício de 2009: Viaturas, Equipamentos de Rádio Telecomunicação e Telefonia, Sistema de Segurança Eletrônica, Máquinas Copiadoras e Sanitários Químicos. No subgrupo de Multas e Encargos Financeiros, foram executados R\$ 2,7 milhões.

Este subgrupo apresentou uma execução de 6%, que apesar de parecer baixa, encontra-se dentro do previsto inicialmente, pois a dotação base foi de R\$ 3,0 milhões aos quais foram somados, na Reprogramação, R\$ 45,5 milhões (relativos a recursos do tesouro para saneamento financeiro para quitação de multas com débitos tributários). Como não foi efetivado o repasse financeiro desses R\$ 45,5 milhões, não foi concretizada a quitação. O faturamento das Receitas Próprias fechou o exercício com uma execução 6% acima do previsto para o período de ocorrência, principalmente, do encontro de contas realizado entre a CDRJ e a Prefeitura do Rio de Janeiro. No decorrer do exercício, os despendios foram corretamente aplicados no que tange à apropriação orçamentária pelo regime de competência, ou seja, os registros foram feitos no mês da ocorrência da despesa, salvo a apropriação do PIS/PASEP e COFINS, pela sua dependência do fechamento contábil. Considerando o montante de recursos disponíveis no período no valor de R\$ 464,5 milhões e considerando que, desse montante, R\$ 31,9 milhões referem-se a Recursos do Tesouro apurados como Saldo Financeiro de 2009 e repasses financeiros efetuados em 2010, constata-se a capacidade da CDRJ em garantir a totalidade da execução da despesa realizada do período de R\$ 419,0 milhões, apresentando um saldo positivo de R\$ 17,0 milhões.

5.2 - Orçamento de Investimentos

Fixado pela Lei 12.214, de 26 de janeiro de 2010 (LOA-10), foi aprovado para o Orçamento de Investimentos o valor de R\$ 25,7 milhões, sendo R\$ 18,3 milhões com recursos do Tesouro e R\$ 7,4 milhões com recursos próprios. O detalhamento do Orçamento de Investimentos foi divulgado como Suplemento "B" da Lei 12.214/10 (LOA-10) em 23/02/2010. Os Decretos s/nº, de 27/01/2010 e de 11/05/2010, reabriram créditos referentes a saldos financeiros de exercícios anteriores, apurados no exercício de 2009. A MP nº 515/2010 reabriu o saldo financeiro referente à ação da Pandemia de Influenza (20BA). Por fim, a Lei 12.370, de 29/12/2010, autorizou o Aumento de Capital com Recursos do Tesouro e a abertura de ação para Implantação de 03 Pieres de Atracação no Porto do Rio de Janeiro (12LI). O Orçamento de Investimentos apresentou uma execução de R\$ 12,0 milhões (14% do previsto). Esta baixa execução deveu-se ao fato de diversos processos de investimentos ainda permanecem em fase de licitação e outros processos estarem aguardando a disponibilização de recursos aprovados na LOA/2010.

Base Legal	Crédito	Suplementação	Total Aprovado
Lei 12.214/2010 (LOA)	R\$ 25.697.799		R\$ 25.697.799
Decreto s/nº, de 27/01/2010		R\$ 9.768.341	R\$ 9.768.341
Decreto s/nº, de 11/05/2010		R\$ 19.162.875	R\$ 19.162.875
Med. Prov. nº 515/2010, de 28/12/2010		R\$ 777.000	R\$ 777.000
Lei 12.370/2010, de 29/12/2010		R\$ 31.000.000	R\$ 31.000.000
TOTAL	R\$ 25.697.799	R\$ 60.708.216	R\$ 86.406.015

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A CDRJ, sob o comando de sua Diretoria Executiva, em estrita consonância com os planos e programas do Governo Federal, consubstanciados nas metas estratégicas estabelecidas pela Secretaria de Portos - SEP/PR deu continuidade ao processo de revisão de procedimentos administrativos e gerenciais observando o saneamento econômico-financeiro da Companhia.

Deve-se destacar a realização de Concurso Público com a contratação de 71 novos empregados; a modernização do parque computacional e recuperação das instalações prediais das áreas técnico-administrativas. A Diretoria de Planejamento e Relações Comerciais foi reestruturada com o intuito de trazer para a CDRJ o conceito de gestão baseada em processos, a partir do desenvolvimento do Planejamento Estratégico Institucional e Organizacional e da competitividade dos portos administrados pela Companhia por meio do desenvolvimento da área de relações comerciais e de novos negócios. O foco nos resultados da organização e nos macro processos para o desenvolvimento e gestão dos Contratos de Arrendamentos, o estabelecimento de estratégias para os novos negócios e o próprio Planejamento Estratégico, com o Sistema de Desempenho e Avaliação, tornaram-se imperativos. Desenvolver e modernizar os portos, a exemplo do que vem acontecendo no Porto do Rio, é atentar para as oportunidades de novos negócios, tendo como base o estabelecimento de instrumentos de comando e controle para fortalecer a relação Porto-Cidade. O Porto do Rio, que completou 100 anos em 2010, passou por importantes transformações ao longo do tempo e hoje se prepara para o futuro, com projetos de melhoria de sua infraestrutura e de expansão. O objetivo é atender a crescente demanda por maior capacidade de movimentação de mercadorias e de passageiros de cruzeiros marítimos. Até 2014, ano da realização da Copa do Mundo no Brasil, o Porto do Rio deverá receber investimentos de cerca de R\$ 1,6 bilhão. Considerada uma obra estratégica, a dragagem aumentará a profundidade dos acessos marítimos e permitirá que navios de maiores calados e porte atracuem no Porto do Rio. O projeto de construção da nova área de atracação de navios de passageiros no Terminal da Gamboa prevê a construção de três pieres com 30 metros de largura, formando uma estrutura na forma de um "Y", de modo a possibilitar a acostagem de 6 navios simultaneamente. Os pieres estarão dispostos para possibilitar espaço de manobra para os rebocadores em atendimento a uma embarcação de cada lado. A estrutura será parcialmente pré-moldada, em concreto armado, constituída por vigas transversais, apoiadas sobre estacas, permitindo o fluxo natural das marés. Para garantir o desenvolvimento portuário, além da conclusão de obras internas de infraestrutura nos portos, uma inédita parceria entre os governos Federal, Estadual e Municipal está empenhada em melhorar as vias de acesso, tanto rodoviário como ferroviário e marítimo.

Atenciosamente,
JORGE LUIZ DE MELLO
Diretor-Presidente

BALANÇO PATRIMONIAL - (Em milhares de Reais)

	31/12/2010	31/12/2009		31/12/2010	31/12/2009
ATIVO			PASSIVO		
Circulante			Circulante		
Caixa e bancos	23.624	41.643	Financiamentos externos	1.046	1.098
Contas a receber de clientes	19.153	18.127	Fornecedores	13.225	8.935
Impostos a recuperar	4.210	3.258	Obrigações fiscais, trabalhistas e contratuais	740.756	608.280
Adiantamentos	910	921	Provisão para contingências	45.000	40.000
Depósitos judiciais	5.043	4.774	Provisão de férias e encargos	5.615	4.854
Estoques	862	3.965		805.642	663.167
Outros valores a receber	13.820	8.672			
	67.622	81.360	Não Circulante		
Não Circulante			Arrendamento mercantil	102.582	176.948
Contas a receber de clientes	126.168	111.440	Financiamentos externos	10.632	12.187
Provisão para devedores duvidosos	(126.168)	(111.440)	Obrigações fiscais, trabalhistas e contratuais	294.448	290.353
	0	0	Adiantamentos de clientes	0	17.093
Recursos bloqueados – RSD	6.771	6.731	Arrendamentos	106.708	116.070
Títulos a receber	168	168		514.370	612.651
Realizáveis a longo prazo	6.939	6.899			
Investimentos	592	584	Patrimônio Líquido		
Imobilizado	978.597	967.934	Capital social	1.753.628	1.753.628
Diferido	-	1.455	Créditos da União para aumento de capital	121.901	7.821
	979.189	969.973	Prejuízos acumulados	(2.141.791)	(1.979.035)
	986.128	976.872		(266.262)	(217.586)
Total do Ativo	1.053.750	1.058.232	Total do Passivo	1.053.750	1.058.232

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de Reais)

	31/12/2010	31/12/2009
Receita operacional bruta		
Atividades portuárias	64.544	171.259
Arrendamentos	179.104	47.242
Atividades de pesquisas		
	243.648	218.501
Deduções da receita bruta		
Atividades portuárias	(2.788)	(13.280)
	(2.788)	(13.280)
Receita operacional líquida	240.860	205.221
Custos da operação		
Serviços portuários	(64.865)	(30.476)
Depreciação (serviços portuários)	(7.152)	(7.299)
Serviços de pesquisas	(12.339)	(10.593)
Depreciação (serviços de pesquisa)	(60)	(55)
	(84.416)	(48.423)
Resultado operacional bruto		
Atividades portuárias	168.843	167.446
Atividades de pesquisas	(12.399)	(10.648)
	156.444	156.798
Outras receitas operacionais		
Receita patrimonial	33.240	8.094
Despesas operacionais complementares		
Despesas gerais e administrativas	(230.230)	(150.076)
Depreciação	(2.323)	(1.514)
Despesas financeiras líquidas	(92.340)	(158.679)
Constituição de provisões	(63.068)	(103.050)
	(387.961)	(413.319)
Resultado operacional antes dos efeitos inflacionários	(198.277)	(248.427)
Variações monetárias		
Variações monetárias ativas	62.067	124.572
Variações monetárias passivas	(46.341)	(14.474)
	15.726	110.098
Resultado operacional líquido	(182.551)	(138.329)
Receitas (Despesas) não operacionais		
Reversão de provisões	12.536	715
Receitas não operacionais	6.699	3.310
Despesas não operacionais	(1.591)	(41)
	17.644	3.984
Resultado do exercício	(164.907)	(134.345)
Quantidade de ações	873.248.657	873.248.657
Prejuízo por ação do capital social – em Reais	(0,19)	(0,15)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de reais)

	2010	2009
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(9.694)	191.033
Fluxo da Atividade Principal	(127.449)	(30.132)
Lucro Líquido	(164.907)	(134.345)
(+) Ajuste de exercício anterior	2.151	9.005
(+) Depreciação e amortização	9.475	8.868
(+) Variação monetárias de longo prazo	3.887	5.681
(+) Provisão pdd	16.010	58.994
(-) Receita reversão pdd	(1.281)	0
(+) Diferido	1.455	582
(+) Provisão para Férias e 13o.	761	1.083
(+) Provisão para contingências	5.000	20.000
Variação da Necessidade de Capital de Giro	117.755	221.165
Fornecedores	4.289	(1.270)
Impostos e taxas	132.475	181.888
Recebíveis	(1.026)	1.209
Cobranças Contenciosas	(14.728)	(6.549)
impostos a recuperar	(952)	46.030
Adiantamentos	11	(92)
Depósitos Judiciais	(269)	(277)
Estoques	3.103	(489)
Outros valores a receber	(5.148)	715
Despesas antecipadas	0	0
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(20.185)	(9.097)
Variação do Realizável de Longo Prazo	(39)	(59)
Recursos bloqueados RSD	(39)	(59)
Variação do Ativo Permanente	(20.146)	(9.038)
Investimento	(8)	(8)
Imobilizado	(20.138)	(9.030)
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	11.860	(223.303)
Variação do Passivo Financeiro	(98.333)	(231.094)
Empréstimo	(52)	(819)
Financiamentos em moeda nacional	(74.366)	(162.463)
Financiamentos em moeda estrangeira	(1.556)	(5.375)
Obrigações Previdenciárias e tributárias	4.095	(7.850)
Adiantamento de clientes	(17.093)	(11.226)
Arrendamento	(9.361)	(43.361)
Variação do Patrimônio Líquido	110.193	7.791
Aumento de Capital		
Créditos da União	110.193	7.791
FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	(18.019)	(41.367)
SALDO INICIAL	41.643	83.010
SALDO FINAL	23.624	41.643

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) - (Em milhares de Reais)

Descrição	Capital Social	Créditos da União para aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2009	1.619.242	128.735	(1.853.695)	(105.718)
Aumento de capital - AGE de 18/12/2009	134.386	(134.386)		0
Crédito da União para aumento de capital		7.791		7.791
Atualização dos créditos para aumento de capital		5.681		5.681
Realização da reserva de reavaliação				
Ajustes de exercícios anteriores			9.005	9.005
Prejuízo do exercício			(134.345)	(134.345)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	1.753.628	7.821	(1.979.035)	(217.586)
Ajustes de exercícios anteriores			2.151	2.151
Atualização dos créditos para aumento de capital		3.887		3.887
Créditos da União para aumento de capital		110.193		110.193
Aumento de capital				
Resultado do exercício			(164.907)	(164.907)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.753.628	121.901	(2.141.791)	(266.262)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, tem por objetivo social realizar, em harmonia com os planos e programas da Secretaria de Portos - SEP, a administração e exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias no Estado do Rio de Janeiro, bem como o ensino portuário.

Com o advento da Lei nº 8.630/93 a Companhia passou a ser Autoridade Portuária, arrendando áreas e instalações portuárias, trazendo o setor privado como parceiro, visando a eficiência e eficácia dos portos por ela administrados, com reflexos diretos na redução do 'Custo Brasil'

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e alterações introduzidas pela Lei 11.638/2007 e Lei 11.941/2009, consoante as práticas contábeis descritas na nota 3.

NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência entre exercícios.

3.2 Ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados os valores de realização ou de exigibilidade, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, respectivamente, até a data do balanço.

Os valores realizáveis ou exigíveis após o exercício subsequente estão classificados como ativos e passivos não circulantes.

NOTA 4 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

As Contas a Receber de Clientes referem-se aos recebíveis do Ativo Circulante e não Circulante, são registrados pelo valor nominal. A provisão de Liquidação Duvidosa foi constituída com base em 100% das contas a receber de clientes do Ativo não Circulante, montante julgado suficiente pela administração da Companhia para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

Neste exercício ocorreu mudança de critério de classificação contábil da receita operacional, ocasionando variação das atividades portuárias e arrendamentos no DRE, em relação ao exercício de 2009.

NOTA 5 - ESTOQUES

A variação apresentada nesta rubrica foi resultante da movimentação de bens duráveis adquiridos em 2009, distribuídos no presente exercício, para atender à demanda em consequência de novas contratações de pessoal e à política de modernização da empresa.

Os estoques referem-se a materiais de consumo e estão avaliados ao custo médio de aquisição.

NOTA 6 – RECURSOS BLOQUEADOS - RSD

O valor de R\$ 6.771 mil (R\$ 6.731 mil em 2009), registrado nesta conta, refere-se ao Reembolso de Serviço de Dragagem – RSD, depositado no BNDES como garantia aos contratos de "leasing" da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRÁS. Tais recursos encontram-se bloqueados em Juízo na 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro, por força de ação judicial movida pelos agentes financeiros contra a extinta PORTOBRÁS, e estão registrados no Ativo não Circulante por se tratar de recursos sem expectativa de liberação no exercício seguinte.

NOTA 7 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens e não ultrapassam os índices de dedutibilidade admitidos pela legislação fiscal.

Discriminação	Em milhares de Reais			
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
			2010	2009
Bens móveis	194.025	(162.779)	31.246	28.401
Bens imóveis	735.578	(110.603)	624.975	626.593
Imobilizado a classificar	6.651	(617)	6.034	6.058
Imobilizado em andamento	316.342		316.342	306.882
	1.252.596	(273.999)	978.597	967.934

NOTA 8 – FINANCIAMENTOS EXTERNOS

Os financiamentos, em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$11.678 mil (R\$ 13.285 mil em 2009), em moeda estrangeira, com aval da União Federal, estão sendo pagos em conformidade com o acordo de Reestruturação da Dívida Externa de Médio e Longo Prazo do setor público junto aos credores do setor privado, ajustado à taxa cambial vigente na data do balanço e acrescidos de juros variáveis, segundo as flutuações nas taxas interbancárias do mercado externo, pactuados em contratos.

Em milhares de Reais

Discriminação	31/12/2010		31/12/2009	
	Circulante	Não circulante		
	1.046			1.098
	10.632			12.187
	11.678			13.285

NOTA 9 – ARRENDAMENTO MERCANTIL

Trata-se de contratos de leasing de equipamentos portuários transferidos da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRÁS para a Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, tendo sido registrados no Ativo e Passivo não Circulantes.

No exercício de 2010 não houve pagamentos aos agentes financeiros, tendo em vista que tais contratos estão sendo analisados pela Advocacia Geral da União quanto à sua validade e encontram-se ajuizados na 3ª Vara Federal.

Em 03 de janeiro de 2006, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro decidiu pelo bloqueio de 40% da receita bruta da CDRJ, até o valor de R\$ 135.686 mil, para garantia do processo judicial que lhe é movido pela Companhia Inter Atlântico de Arrendamento Mercantil – CIAM, em cumprimento ao mandato de intimação expedido pela 11ª Vara Cível, em 16 de dezembro de 2005.

Em 21/09/2010, foi expedida Intimação Via Postal pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, determinando o bloqueio de 20% da receita devida pelos arrendatários, para garantia do processo judicial nº 0102697-82.2009.8.19.000, da 19ª Vara Cível, movido pela Companhia Brooklin Empreendimentos S/A (Comind Leasing Arrendamento Mercantil S.A.).

O total bloqueado em 31/12/2010 monta em R\$ 219.637 mil, (R\$ 140.117 em 2009), sendo R\$ 5.512 mil em favor da Companhia Brooklin Empreendimentos S.A e R\$ 214.125 mil da Companhia Inter-Atlântico de Arrendamento Mercantil.

Os contratos estão registrados no passivo não circulante, apresentando a seguinte composição:

	Em milhares de Reais	
	31/12/2010	31/12/2009
Cia. Inter-Atlântico	91.968	90.427
Bloqueio Cia. Inter-Atlântico	(214.125)	(140.117)
Unibanco Leasing S/A	41.484	40.814
Comind Leasing S/A	10.531	10.377
Bloqueio Comind Leasing S/A	(5.512)	0
Manufactures Hannover	178.236	175.447
	102.582	176.948

Cia. Inter-Atlântico
Bloqueio Cia. Inter-Atlântico
Unibanco Leasing S/A
Comind Leasing S/A
Bloqueio Comind Leasing S/A
Manufactures Hannover

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES FISCAIS, TRABALHISTAS E CONTRATUAIS

As obrigações fiscais, trabalhistas e contratuais foram atualizadas, quando aplicável, até a data do balanço, cujos valores de maior expressão são o Imposto Sobre Serviços – ISS com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro e as parcelas a pagar ao PORTUS – Instituto de Seguridade Social, decorrentes dos termos de confissão de dívida. Essas obrigações têm a seguinte composição:

Em milhares de Reais

Discriminação	Circulante		Não-Circulante	
	2010	2009	2010	2009
INSS	74.260	46.470		
FGTS	1.057	698		
PORTUS – Instituto de Seg. Social	242.471	193.991	84.447	75.956
COFINS/PASEP	22.138	17.024	2.040	2.321
Adicional de tarifa portuária	6.820	6.820		
ISS	41.732	37.127	163.971	162.555
Salário educação	1.002	1.250		
Depósito em garantia de serviços	7.197	6.075		
Retenções contratuais	1.398	1.619		
Remunerações/honorários	5.479	3.786		
PGFN	219.957	219.582	43.990	49.521
Contrato Libra/Tecon	101.837	67.640		
Adiantamento CSN	6.566			
Outros	8.842	6.198		
	740.756	608.280	294.448	290.353

O montante a pagar ao PORTUS é de R\$ 326.918 mil (R\$ 269.947 mil em 2009), tendo sido reconhecido no exercício R\$ 114.417 mil, referente a diferença de contribuições patronais e contribuições de assistidos/pensionistas, conforme trabalho apresentado pelo Instituto e autorizado na 1914ª, reunião da DIREXE (nota 16), tendo como base de atualização o INPC-IBGE acrescido de juros de 1% a.m. Em setembro de 2005, foi registrada uma parcela adicional de R\$ 37.933 mil, referente à Reserva de Tempo de Serviço Anterior – RTSA, que é uma contribuição que foi reconhecida pelas patrocinadoras, decorrente de ingressos de funcionários em seus quadros com tempo de serviço anterior ao de sua admissão, que se aposentaram com direito aos benefícios do PORTUS.

No presente exercício foi repassado diretamente ao Instituto, pela UNIÃO, o montante de R\$ 103.700 mil (R\$ 90.000 mil em 2009), já deduzido do total a pagar.

A dívida com o ISS é objeto de cobrança judicial e as respectivas ações estão em fase de execução, tendo sido liquidado em 2010, o montante de R\$ 1.170 mil, (R\$ 5.835 mil em 2009), com recursos próprios, mediante bloqueio do percentual de 5% sobre o faturamento da companhia.

A dívida com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN refere-se ao parcelamento Excepcional-PAEX, autorizado pela MP 303/2006, relativa à taxa de foro e de ocupações incidentes sobre os imóveis constituídos por terrenos de Marinha, integrantes do Patrimônio desta CDRJ (domínio útil), acrescido do PASEP e COFINS. No exercício de 2009 a Companhia aderiu ao REFIS 4 (Lei 11649/2009), para parcelamento de dívidas previdenciárias, PASEP e COFINS, constituídas até 30/10/2008.

NOTA 11 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

A rubrica 'adiantamentos de clientes' corresponde a valores recebidos da CSN – Companhia Siderúrgica Nacional, para liquidação a partir de janeiro de 2007, mediante compensação de 18% do faturamento de arrendamento do terminal de carvão do Porto de Sepetiba, estando registrada no Passivo Circulante no montante de R\$ 6.566 mil, (R\$ 17.093 mil em 2009), sendo atualizada pelo IGP-M, conforme contratado.

NOTA 12 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia Docas do Rio de Janeiro, no curso normal de suas atividades, está envolvida em processos legais, de natureza cíveis e trabalhistas. A CDRJ constituiu provisões para processos legais a valores considerados pela Superintendência Jurídica como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis.

A provisão para contingências, em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$ 45.000 mil (R\$ 40.000 mil em 2009), registrada no passivo circulante, foi constituída segundo a avaliação da assessoria jurídica desta Companhia, conforme estatística dos dispêndios de exercícios anteriores.

Neste exercício, as baixas constituídas em função de liquidação de processos, totalizaram o montante de R\$ 30.042 mil (R\$ 22.552 mil, em 2009)

NOTA 13 – ARRENDAMENTOS

A conta de arrendamentos registrada no passivo não circulante refere-se a receitas recebidas antecipadamente dos contratos de arrendamento e vem sendo diferidas atendendo aos prazos contratuais.

NOTA 14 – CAPITAL SOCIAL

Os recursos aportados pela UNIÃO destinam-se a programas de investimentos na Companhia, com a contrapartida de Crédito para aumento de Capital. Os valores não capitalizados sofrem a incidência de encargos financeiros com base na variação da Taxa SELIC, conf. Decreto 2673/1998.

No presente exercício foi autorizado pela AGE de 08 de novembro a integralização do Capital na ordem de R\$ 8.031 mil, não realizada, encontrando-se o registro da homologação em processo de aprovação na JUCERJA, ficando os créditos disponíveis para aumento de Capital no exercício seguinte.

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social no valor de R\$ 1.753.628 mil está representado por 873.248.657 ações, totalmente integralizadas e assim distribuídas:

	Quantidade de ações			
	Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total
União		436.560.794	436.560.793	873.121.587
Governo do Rio de Janeiro		63.498	63.497	126.995
Outros		38	37	75
		436.624.330	436.624.327	873.248.657

NOTA 15 – CUSTOS DA OPERAÇÃO, DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

a) O custo das operações portuárias apresentou no presente exercício variação de 112,9%, (R\$ 64.885 mil em 2010 e R\$ 30.476 mil em 2009). Esta variação deve-se, basicamente ao reconhecimento de despesas com IPTU (R\$ 24.899 mil em 2010 e R\$ 167 mil em 2009), conforme Nota Explicativa nº 20 e, despesas com Pessoal e Encargos (R\$ 27.966 mil em 2010 e R\$ 22.161 mil em 2009) em consequência da implantação do Plano de Cargos, Empregos e Salários - PCES, e contratações de novos funcionários

Em milhares de Reais

Serviços Portuários	2010	2009
Manutenção	1.440	1.635
IPTU	24.899	167
Pessoal e Encargos	27.966	22.161
Serviços de Terceiros	10.560	6.513
Total	64.865	30.476

b) O grupo das despesas administrativas apresenta a seguinte composição:

Em milhares de Reais

Discriminação	2010	2009
Pessoal e Encargos	197.957	68.300
Serviços de Terceiros	11.155	8.621
Despesas Contrato Libra/Tecon	10.775	14.138
Despesas Tributárias	3.578	52.262
Outras	6.765	6.754
Total	230.230	150.075

Esse grupo foi aumentado de R\$ 150.075 mil, em 2009 para R\$ 230.230 mil em 2010, basicamente pelo reconhecimento no item pessoal e encargos, da diferença de contribuições patronais e contribuições de assistidos/pensionistas do Instituto de Seguridade Social - PORTUS, no montante de R\$ 114.417 mil.

A redução no item despesas tributárias deu-se pelo fato de que no exercício de 2009 houve reconhecimento de tributos indeferidos pela Receita Federal do Brasil.

NOTA 16 – DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

As despesas financeiras líquidas, no montante de R\$ 92.340 mil (R\$ 158.679 mil em 2009), têm como maior expressão as despesas de juros sobre encargos Tributários e Trabalhistas relativa à atualização dos contratos de Cessão de Créditos da Libra, atualização da dívida do PORTUS e Tributos Federais.

NOTA 17 – PLANO DE PENSÃO – INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL - PORTUS

A Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ mantém, em conjunto com as demais Companhias Docas, um fundo para suplementação de aposentadoria de seus empregados e beneficiários. Este fundo multipatrocinado, do tipo "benefício definido", assegura aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social. É administrado pelo PORTUS – Instituto de Seguridade Social, uma entidade jurídica sem fins lucrativos.

Na qualidade de uma das patrocinadoras, a CDRJ, atendendo ao disposto no artigo 1º da Emenda Constitucional nº 20/98, que altera o artigo 202 da Constituição Federal, contribui com uma parcela mensal sobre a massa de salários de empregados participantes, paritária aos valores por eles recolhidos.

Foi constituído em 2003 um grupo de trabalho paritário com a finalidade de equacionar a situação patrimonial do PORTUS e apurar seu déficit atuarial.

O referido grupo, assessorado pela empresa Globalprev contratada pelo PORTUS, apresentou propostas sugerindo medidas a serem implementadas pelas patrocinadoras com a devida anuência do Governo Federal. Dentre as medidas sugeridas encontra-se a liquidação do atual plano de benefícios e a criação de um novo plano.

Em novo relatório apresentado pela CESAT-CONSULTORIA ESTATÍSTICA ATUARIAL, o déficit atuarial da CDRJ em 31/12/2008, monta em R\$ 484.853.640,83, devendo esse valor ser objeto de estudo pelas Patrocinadoras e participantes, incluindo a União.

No exercício de 2009 foi contratada pelas patrocinadoras, através da ABEPH – Associação Brasileira de Entidades Portuárias e Hidroviárias, atendendo determinação da Secretaria Especial dos Portos – SEP, a firma MERCER para nova apuração do déficit do PORTUS e soluções a serem implementadas. O resultado apurado pela MERCER está sendo alvo de análise pelas autoridades competentes.

Durante o exercício de 2010, foram repassadas ao PORTUS, contribuições de empregados e contribuições patronais, nos montantes de R\$ 4.370 mil e R\$ 3.740 mil, respectivamente (R\$ 3.044 mil e R\$ 2.674 mil, em 2009).

NOTA 18 – REMUNERAÇÕES

Foram as seguintes remunerações pagas pela CDRJ a empregados e administradores (base dezembro de 2010):

Categoria	Em Reais		
	Menor	Maior	Média
Administradores	23.500,00	26.700,00	24.300,00
Empregados	830,70	21.493,99	6.660,61

NOTA 19 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Neste exercício, a CDRJ creditou à conta de "prejuízos acumulados" o montante de R\$ 2.151 mil, (crédito R\$ 9.005 mil em 2009), correspondente ao líquido de despesas e receitas de competência dos exercícios anteriores.

NOTA 20 – REESTRUTURAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

Neste exercício, a Companhia apurou prejuízo de R\$ 164.907 mil (R\$ 134.345 mil em 2009). Apesar das dificuldades enfrentadas no período, a CDRJ foi bem-sucedida ao implementar seu plano de recuperação econômico-financeira. A consolidação do processo de parcelamento junto à Secretaria da Receita Federal, possibilitará, no próximo exercício os alongamentos das dívidas fiscal e previdenciária, compatível com a capacidade de pagamento da Companhia. As obrigações contratuais assumidas junto ao Instituto de Seguridade Social – PORTUS, mediante repasses de recursos oriundos do acionista majoritário foram efetivados regularmente, contribuindo substancialmente com a redução da dívida perante aquele Instituto. O equacionamento das penhoras relativas às operações de leasing, herdadas da extinta PORTOBRÁS, continuam em processo de discussão judicial. O montante à disposição da justiça já ultrapassou o valor da condenação, são grandes as expectativas para solução do assunto no decorrer de 2011, o que resultará na readequação do fluxo de recursos, direcionando-os para novos compromissos assumidos pela CDRJ.

Foi assinado o Contrato C-SUPJUR 004/10, entre a CDRJ e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, que tem como objeto o Direito Real de Uso da área do Pier Mauá pela Prefeitura, em prol do interesse público para o Projeto Porto Maravilha, consubstanciado no Ofício GP 023/2010, do MRJ, e em contraprestação, a compensação através de ajuste de contas, de débitos da CDRJ de impostos inscritos na Dívida Ativa Municipal.

A parceria entre CDRJ e o Município do Rio de Janeiro é uma realidade que se consolidou em 2010, através do Termo de Ajuste de Contas e Quitação proporcionando a redução do débito na dívida ativa municipal da ordem de R\$ 25 milhões.

NOTA 21 – AJUSTES PARA ATENDER A LEI 11.638/2007

Além das modificações que foram realizadas nos exercícios anteriores, tais como: a elaboração do fluxo de caixa, encerramento da reserva de reavaliação, reformulação do Plano de Contas e transferência do resultado de exercícios futuros para o passivo não circulante, a CDRJ vem buscando adaptar-se às modificações introduzidas sob a forma da Lei 11.638/2007 e MP 449/2008, com estudos para implantação do novo sistema corporativo, bem como a capacitação de pessoal no conhecimento das constantes modificações da Lei.

NOTA 22 – RENEGOCIAÇÃO FISCAL COM BASE NA LEI 11.941/2009

Com o objetivo de buscar o saneamento fiscal, a CDRJ obteve deferimento da adesão à renegociação junto à Secretaria da Receita Federal, dos impostos Previdenciários e demais débitos tributários, estando no aguardo da consolidação dos débitos.

NOTA 23 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 28 de dezembro de 2010 foi aberto um crédito extraordinário no Orçamento Fiscal da União em favor da CDRJ, através da Medida Provisória nº 515/2010, para quitar parcela do acordo judicial, impetrado pelo PORTUS, homologado na 26ª Vara Cível do Estado do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 31.500 mil.

JORGE LUIZ DE MELLO
DIRETOR - PRESIDENTE
CPF Nº 510.709.017-68

ELIANE PINTO BARBOSA
DIRETORA
CPF Nº 372.049.127-72

HELIO SZMAJSER
DIRETOR
CPF Nº 553.615.367-68

AILTON FERNANDO DIAS
DIRETOR
CPF Nº 509.330.436-00

MARA CELIA DA SILVA MELO
CONTADOR CRC – RJ 44.416/O-7
CPF Nº 733.408.557-49

PARECER CONFIS Nº 001/2011 - CONSELHO FISCAL

Parecer do Conselho Fiscal Nº 001/2011
da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ

Senhores Acionistas,

O Conselho Fiscal da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, à vista do Relatório dos Auditores Independentes do 4º trimestre de 2010, datado de 3 de março de 2011, dos balancetes de janeiro a setembro de 2010, datado de 31.12.2010, bem como a minuta do Relatório Final dos Auditores Independentes - "Maciel Auditores & Consultores", elaborado de acordo com os princípios contábeis adotados no Brasil, que emitiu parecer indicando que as demonstrações contábeis representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, econômica e financeira da CDRJ ressalvados o seguinte:

-" A provisão para contingências registrada no passivo circulante do balanço patrimonial por R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais) foi constituída segundo a avaliação da assessoria jurídica da CDRJ, conforme estatística dos dispêndios de exercícios anteriores.

Devido as incertezas que rodeiam o valor a ser reconhecido como provisão por falta de estimativa confiável dos valores das ações classificadas como prováveis por alguns escritórios de advocacia prestadores de serviço à CDRJ, não foi possível emitirmos parecer conclusivo sobre a provisão para as contingências passivas trabalhistas, cíveis e fiscais da entidade, conforme disposto no item 14 da NBCT 19.7".

Em relação ao Relatório Anual da Administração de 2010, o Conselho recomenda a aquisição de software jurídico para que a Companhia possa ter um controle mais efetivo das causas em que é parte e possa provisionar de forma mais precisa os valores a serem demonstrados em seu balanço, assim como a aquisição de software contábil que permita melhorar os controles da empresa e agilizar a elaboração de informações contábeis e gerenciais.

Quanto às Demonstrações Contábeis, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da "COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO" - CDRJ, exceto a ressalva contida no Relatório de Auditoria Externa do 4º trimestre de 2010 acima citado, e pelas observações anotadas pelo Colegiado quanto ao Relatório de Gestão, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2011

RICARDO DE ALMEIDA MAIA
Presidente do Conselho Fiscal
Representante da Secretaria de Portos

PEDRO DA COSTA CARVALHO
Representante do Ministério dos Transportes

VINICIUS MENDONÇA NEIVA
Representante do Tesouro Nacional

JORGE FERNANDES DA CUNHA FILHO
Representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DELIBERAÇÃO Nº 002/2011/CONSAD/CDRJ

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO (CDRJ), no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 12, Inciso XXIX, do Capítulo V, do Estatuto Social e considerando a decisão do Colegiado em sua 554ª reunião - extraordinária, realizada em 15 de março de 2011;

DELIBERA:

I - Aprovar o Balanço e demais Demonstrações Financeiras da Companhia, elaborado em conformidade à Lei 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010;

II - Aprovar o Relatório Anual da Administração da Diretoria Executiva da CDRJ, relativo ao exercício de 2010;

III - Encaminhar os documentos ora aprovados à Assembléia Geral Ordinária da CDRJ, a realizar-se em 20 de abril de 2011, recomendando a sua aprovação pela mesma.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2011

FERNANDO VICTOR CASTANHEIRA DE CARVALHO

Presidente do Conselho de Administração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DELIBERAÇÃO Nº 003/2011/CONSAD/CDRJ

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO (CDRJ), no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 12, Inciso VI, do Capítulo V, do Estatuto Social e considerando o deliberado na 554ª reunião - extraordinária - do Colegiado, realizada em 15 de março de 2011,

DELIBERA:

Artigo Único - Autorizar a Convocação da Assembléia Geral Ordinária de Acionistas da CDRJ, a realizar-se em 20 de abril de 2011, na Sede da Companhia Docas do Rio de Janeiro, nos termos da Minuta do Edital de Convocação a ser elaborado, de conformidade com o Artigo 123 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2011

FERNANDO VICTOR CASTANHEIRA DE CARVALHO

Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

À
DD. PRESIDENTE DO
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
Rua Acre, nº 21. Centro. Rio de Janeiro/RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil Leis nº 4.320/64 e 6.404/76, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgação apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva

A provisão para contingências registrada no passivo circulante do balanço patrimonial por R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais) foi constituída segundo a avaliação da assessoria jurídica da CDRJ, conforme estatística dos dispêndios de exercícios anteriores.

Devido às incertezas que rodeiam o valor a ser reconhecido como provisão por falta de estimativa confiável dos valores das ações classificadas como prováveis por alguns escritórios de advocacia prestadores de serviço à CDRJ, não foi possível emitirmos parecer conclusivo sobre a provisão para as contingências passivas trabalhistas, cíveis e fiscais da entidade, conforme disposto no item 14 da NBC T 19.7.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro/RJ, 03 de março de 2010

NAIRO TADEU DE OLIVEIRA SANTOS
Contador CRC 79.883/O-2 - "S" - RJ
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
Contador CRC 71.505/O-3 - "S" - RJ
MACIEL AUDITORES E CONSULTORES S/S LTDA - ME
CRC/RJ "S" 4.773

NAIRO TADEU DE OLIVEIRA SANTOS
Gerente de Auditoria

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
Responsável Técnico